

10 MAR 1994

Difícil retorno

Educação

Geraldo Magela

Os 413 mil 600 alunos das escolas públicas que retornaram às aulas começam o ano letivo com inúmeras dificuldades.

Aproximadamente sete mil 200 dessa demanda frequentarão o turno da fome, com horário reduzido e em situação precaríssima de aprendizagem, uma vez que o horário no qual podem estar na escola oferece todo tipo de inconveniência, já que se inicia às 10h30 e termina às 14h. Os alunos chegam sem almoço, impacientes e receosos de que, na volta para casa, encontrem o "resto" para alimentar-se.

Outro grave problema é a falta de livros e material didático. Os 300 mil Kits, constituídos de lápis, borracha e três cadernos, distribuídos pela Secretaria de Educação do Distrito Federal e os 310 mil livros (de Português e Matemática) destinados pela União aos alunos de primeira à quarta série, nem de longe garantem o instrumental básico indispensável ao desenvolvimento do ensino.

Esta ferramenta elementar compõe-se dos livros didáticos correspondentes a todas as disciplinas, produto inacessível devido aos altos preços e ao baixo poder aquisitivo da absoluta maioria dos pais.

De fato, os livros são caríssimos. Qualquer livro do 1º Grau custa CR\$ 8 mil, e o total da lista chega a CR\$ 70.000. No 2º Grau, o exemplar tem um preço médio de CR\$ 25 mil, e são necessários CR\$ 190 mil para todas as disciplinas. Diga-se de passagem que tal cálculo vale

para uma lista de material estritamente reduzida.

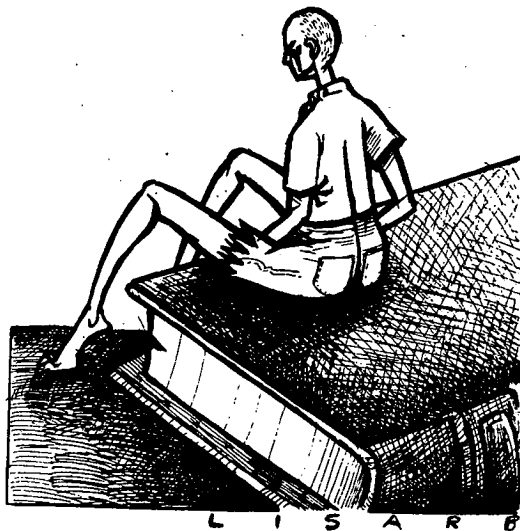
Portanto, um pai que ganhe dois salários mínimos e tenha três filhos na escola simplesmente não deu conta de comprar o material imprescindível, mesmo que tenha desorganizado o orçamento familiar e se endividado.

O problema do livro didático seria menos grave se o governo investisse mais em educação e se existisse uma outra mentalidade quanto à sua adoção. É inaceitável que se modifique a cada ano. Não há nenhum argumento

que justifique esta alta rotatividade dos livros, pois a mudança não garante melhor desempenho do aluno nem qualidade do ensino. Normalmente, resulta da especulação das editoras, do poderoso lobby que fazem. Note-se que republicam o livro com o nome "Edição Renovada e Atualizada". No fundo, o produto é igual ao anterior. Mudam-se apenas alguns tópicos e, em nome dessas

"perfumarias", faturam-se milhões.

A política de adoção do livro didático é muito mais uma questão de mentalidade, de posicionamento frente a uma situação do que um assunto a merecer rígida legislação. Não é necessário nem conveniente regulamentar o seu uso. Basta uma postura pedagógica e politicamente correta face a uma realidade dolorosa. Então, a volta às aulas seria menos crucial.



■ Geraldo Magela é deputado distrital pelo PT

CORREIO BRAZILIENSE